

Verba pagará pessoal de autarquia extinta

O Ministério dos Transportes recebeu uma verba de US\$ 7,59 milhões para cobrir encargos com pessoal remanescente de extintas autarquias de transportes. No orçamento não consta o nome das autarquias ou número de funcionários que perderam o emprego por extinção dessas entidades, mas que continuam lotados na folha de pagamento por serem estatutários.

O trecho da Ferrovia Norte-Sul, que vai de Colinas de Goiás a Pequiá e de Porangatú a Senador Canedo foi contemplado com US\$ 99 milhões em verbas. Também estão previstos recursos para estudos e levantamentos de uma outra ferrovia nas regiões Norte e Nordeste: são US\$ 132 mil para elaboração de projeto de viabilidade econômico-financeira da interligação ferroviária de Belém (Pará), São Luís (Maranhão) e Teresina (Piauí).

Tocantins — A criação do Estado de Tocantins custará ao Tesouro Nacional US\$ 12,2 milhões, se forem gastos somente as verbas previstas no orçamento da União. A administração desses recursos está a cargo da Secretaria-geral do Ministério do Interior. Eles deverão servir para apoiar ações de desenvolvimento no futuro estado de Tocantins. As usinas nucleares de Angra I, II e III custarão ao contribuinte em 1989 US\$ 462 milhões. Esses recursos destinam-se ao reembolso dos gastos efetuados por Furnas Centrais Elétricas S/A na construção das unidades II e III e das obrigações financeiras resultantes de operações de crédito contratadas para construção da unidade I.

Desde o início da Nova República, o governo vem anunciando sucessivos programas de contenção de gastos que incluem a extinção e privatização de empresas e autarquias federais. No orçamento de 1989, essas instituições recebem verbas consideráveis: a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) receberá US\$ 18,48 milhões; a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), US\$ 363 milhões; a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), US\$ 29,7 milhões; o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), US\$ 198 milhões; o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, US\$ 166 milhões; a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, US\$ 21,7 milhões.

Assíduas — Três instituições famosas por freqüentarem essas listas — foram novamente incluídas no último pacote da equipe econômica — são o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool, o IBC (Instituto Brasileiro do Café) e a Superintendência da Borracha (Sudhevea). O IAA foi contemplado com US\$ 23 milhões, o IBC, com US\$ 16,5 milhões e a Sudhevea, com US\$ 26,4 milhões. Além dessas verbas, a Sudhevea e o IAA custarão mais US\$ 4,9 milhões, que serão gastos na coordenação de programas e de pessoal dessas instituições. O café perdeu seu lugar para a soja na pauta das exportações brasileiras, e, enquanto a soja não tem um instituto ou programa especial, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

receberá US\$ 759 milhões. Esse Fundo destina-se a dar suporte financeiro à modernização, incentivar a produtividade da cafeicultura, da indústria do café e da exportação. Além disso, a taxa de equalização dos preços do açúcar e do álcool vai custar US\$ 66 milhões em 1989.

Ainda na lista das instituições que deveriam ser extintas para reduzir o déficit público estão a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), que receberá US\$ 99 milhões; a Cibrarem (Companhia Brasileira de Armazenamento), contemplada com US\$ 396 milhões; a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), com US\$ 165 milhões; a Secretaria Nacional de Cooperativismo, com US\$ 29,7 milhões; o Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequena e Média Empresas — que repassa recursos ao Cebræ (Centro Brasileiro de Apoio a Pequenas e médias empresas), que também teve sua extinção anunciada — receberá US\$ 23 milhões; o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), US\$ 158 milhões; a Superintendência do Desenvolvimento do Sul (Sudesul), US\$ 52 milhões, a do Centro Oeste (Sucedo), US\$ 56 milhões; a da Pesca (Sudepe), US\$ 19 milhões; e o Grupo Executivo de Eletrificação Rural (Geer), US\$ 9,9 milhões.

Privatizáveis — Entre as que deveriam ser privatizadas para cortar as despesas da União, permanecem o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, que receberá US\$ 13,2 milhões e a Companhia de Navegação do São Francisco, com US\$ 3,3 milhões. A Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), que também consta da lista das privatizáveis, custará US\$ 990 mil, em repasses da União. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (Papp), que foi classificado como pouco eficiente e, por isso, estava na mira de extinção das diversas equipes econômicas que passaram no atual governo, receberá US\$ 23 milhões do Ministério do Interior e US\$ 135 milhões da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Se a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Habitação será a mais rica de todas, em comunicação ganha o Ministério da Reforma Agrária (Mirad): a Coordenadoria de Comunicação Social do Mirad têm uma verba de US\$ 2,3 milhões, enquanto as demais coordenadorias dos outros ministérios não estão autorizadas a gastar mais do que US\$ 90 mil, em média. A verba destinada pelo Ministério da Reforma Agrária para Comunicação representa 5% do total previsto para o Projeto de Colonização em 1989.

O Programa do Leite, que deveria distribuir leite a crianças de zero a seis anos, receberá US\$ 293,7 milhões e o Mutirão da Habitação Comunitária, US\$ 132 milhões. Esses dois programas integram as atividades do Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, mas têm sua eficiência questionada e são, freqüentemente, classificados como demagógicos e eleitoreiros.